

A DISSIMETRIA ENTRE HOMENS E MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER

THAIS DINIZ COELHO DE SOUZA¹

¹ Advogada. Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP).

RESUMO

A constituição do Estado moderno reproduz a lógica patriarcal antes estabelecida. Em razão da dissimetria entre homens e mulheres nas sociedades em que se firmaram os Estados modernos, há sub-representação das mulheres nos espaços em que se dá o exercício do poder. Verifica-se que a visão androcêntrica condiciona e constrói mulheres e espaços de poder em oposição um ao outro; tal visão agrava-se no exercício do poder que caracteriza as interações nos bastidores. É nesses espaços de poder que a dissimetria entre homens e mulheres atinge seu nível máximo.

Palavras-chave: Ciência Política. Filosofia Política. Feminismo. Desigualdade de gênero. Androcentrismo. Violência simbólica. Espaços de poder. *Lobby*. Política de bastidores.

1 Estado moderno patriarcal e poder como exercício

O Estado moderno instituiu determinados espaços de poder, que são condicionados tanto pela lógica subjacente ao modelo teórico político que os forjou quanto pelas estruturas de funcionamento da sociedade em que está inserido. O contrato social, a racionalidade, a noção de indivíduo e a igualdade formal são alguns dos elementos teóricos sobre os quais se estruturou esse modelo de Estado. Tais aspectos não evitaram, contudo, reprodução da lógica patriarcal, tampouco impediram que essa lógica operasse no exercício do poder político que ocorreu nos espaços de poder.

Tanto as estruturas sociais quanto as teorias em que se baseou a construção desses espaços de poder estiveram – e estão – intimamente condicionadas pelo patriarcado. De acordo com Matos e Paradis (2014), a construção do Estado moderno reformulou a inserção do patriarcado nos modelos políticos precedentes (2014, p. 64). Tal transformação ocorreu a partir da divisão proposta pelos teóricos iluministas entre esfera pública, em que se daria o contrato social e o exercício do poder político sob o primado da racionalidade, e esfera privada, da família, em que haveria um poder natural e sujeição da mulher pelo contrato sexual. A filósofa Carole Pateman, por exemplo, “revisita os contratualistas (Locke, Hobbes, Rousseau etc) justamente para evidenciar como a divisão entre público e privado apareceria ao lado da teorização sobre o estabelecimento do Estado” (MATOS; PARADIS, 2014, p. 65).

O poder político seria exercido no âmbito público, ao passo que haveria também um poder de ordem natural exercido no âmbito privado pelo homem sobre a família, tal qual ocorria no patriarcado pré-moderno.

O governo dos maridos sobre as esposas seria justificado pela natureza e, portanto, não seria objeto do escrutínio político. Deriva daí também a constatação de que as mulheres não deveriam possuir *status* de indivíduos ou de cidadãos, sendo portanto proibidas de participar de um mundo público político pautado pela igualdade e pelo consentimento (MATOS; PARADIS, 2014, p. 65-66).

O homem seria dotado de razão e, portanto, poderia participar da vida pública e política, ao passo que isso não seria possível para a mulher. Carente de racionalidade, estaria submetida ao contrato do casamento na esfera privada. O primado da racionalidade que orientaria os espaços públicos não incluiria as mulheres, o que lhes negaria a condição de *indivíduo*. Dessa maneira, o

pressuposto do exercício do poder do Estado moderno é a *masculinidade*, uma categoria patriarcal.

Para Sylvia Walby, as relações patriarcais no Estado são responsáveis “pela onipresença do caráter patriarcal do próprio Estado, o que se traduz nas suas ações e na sua estrutura, que são altamente gentrificadas” (MATOS; PARADIS, 2014, p. 67).

Sendo assim,

[o] modelo liberal de cidadania e de representação, baseado na concepção do contrato social, no qual as dicotomias entre público e privado, cultura e natureza, razão e emoção, igualdade e diferença estão profundamente vinculadas à hierarquização do masculino sobre o feminino e na dominação dos homens sobre as mulheres (MATOS; PARADIS, 2014, p. 59).

Pode-se afirmar que os espaços de poder formais do Estado moderno, bem como os atores que deles participam, não são neutros, muito embora tenham sido concebidos com a pretensão tanto de neutralidade quanto de igualdade formal, pressupostos para o exercício do primado da racionalidade.

Para entender como se daria a participação das mulheres nesses espaços de poder patriarcais, partiremos de perspectiva de *poder enquanto exercício*. Sistematizações a respeito do conceito de poder² permitem esclarecer que haveria uma divisão entre, de um lado, teorias que enfocam o poder de forma absoluta e personificada, com enfoque em aspectos à obtenção e manutenção do poder e, de outro, perspectivas que “desafiam a concepção causal e mecanicista de poder e defendem ideia de que se deve entendê-lo sob a forma das relações que enseja, isto é, em que seu exercício implica” (CAPPELLE *et al.*, 2004, p. 7). Tais teorias focalizam o *exercício* do poder e o “conjunto de práticas sociais e discursos construídos que disciplinaram o corpo e a mente dos indivíduos e grupos” (CAPPELLE *et al.*, 2004, p. 7).

Vimos que o patriarcado se manifesta na estruturação do Estado moderno e, assim, retira a pretensa neutralidade do exercício do poder. As perspectivas

² Na tentativa de sistematizar abordagem acerca do conceito de poder, é possível traçar a evolução de suas principais concepções, confrontando as que seguem a trajetória dos estudos de Hobbes, o qual enfoca o poder de forma absoluta e personificada, e as perspectivas que se apóiam nas asserções de Maquiavel, as quais desafiam a concepção causal e mecanicista de poder e defendem a ideia de que se deve entendê-lo sob a forma das relações que enseja, isto é, em que seu exercício implica. Essa segunda interpretação dos efeitos do poder envolve uma análise mais contingencial e localizada em relação à primeira, visto que busca evidenciar a maneira como as estratégias de poder são articuladas em situações específicas (CAPPELLE *et al.*, 2014, p. 7). É em razão disso que será aqui privilegiada.

teóricas que entendem o poder a partir de seu exercício permitem enfocar a dimensão relacional subjacente. Assim, como o exercício do poder não será neutro, mas permeado pela lógica patriarcal, os espaços de poder tampouco podem ser neutros ou obedientes a pretensa igualdade formal. Por esse viés, espaços de poder podem ser entendidos a partir da noção de mundo antropocêntrica desenvolvida por Pierre Bourdieu e das considerações de Simone de Beauvoir sobre a construção da feminilidade e do mundo patriarcal.

2 A visão androcêntrica na construção da mulher e dos espaços de poder

Na obra “A Dominação Masculina,” Bourdieu explica que a visão antropocêntrica, que coloca o masculino como neutro, tem como base o fato de que nossos esquemas de pensamento e formas de conceber a realidade ocorrem a partir de um esquema de oposições homólogas: alto e baixo, direita e esquerda, reto e curvo, claro e escuro, fora e dentro, pública e privado, masculino e feminino, entre outros (BOURDIEU, 2002, p. 20 a 25). Partindo desse pressuposto, a visão antropocêntrica estabelecerá uma correlação arbitrária, simbólica e hierarquizante entre o masculino e um dos pólos dessas categorias de entendimento, enquanto o feminino estaria relacionado ao pólo oposto. Assim, o público, o forte e o claro seriam associados ao masculino e, por oposição, o privado, o fraco e o escuro ao feminino (BOURDIEU, 2002, p. 24). Tudo no mundo objetivo passaria a ter, necessariamente, uma correlação imediata com um desses pólos: seja com o masculino, seja com o feminino.

A partir dessas taxonomias se daria, ainda, uma hierarquização entre as propriedades mais frequentes nos homens (dominantes) e menos frequentes nas mulheres (BOURDIEU, 2002, p. 91)

Uma vez estabelecidos no âmbito cognitivo,³ os esquemas mentais androcêntricos seriam, ainda, confirmados na prática. Ganhariam, assim,

³ “É a conformidade entre as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas, a conformidade do ser e das formas de conhecer, entre o curso do mundo e as expectativas a seu respeito que torna possível essa relação com o mundo que Husserl descrevia sob o nome de atitude natural ou de experiência dóxica – mas se omitindo de falar das condições sociais de possibilidade” (BOURDIEU, 2002, p. 22: tradução nossa). “C’est la concordance entre les structures objectives et les structures cognitives, entre la formation de l’être et les formes du connaître, entre le cours du monde et les attentes à son propos, qui rend possible ce rapport au monde que Husserl décrivait sous le nom d’ “attitude naturelle” ou de’ “expérience doxique” – mais en omettant d’en rappeler les conditions sociales de possibilité” (versão original).

existência concreta. Com um monopólio antropocêntrico de representação da realidade, tanto homens quanto mulheres agiriam de acordo com essa lógica e corroborariam sua percepção, em um processo de causalidade circular (BOURDIEU, 2002, p 81-82)⁴. Por meio de “um trabalho coletivo de socialização difusa e contínua” (BOURDIEU, 2002, p. 40),⁵ de injunções tácitas existentes nas rotinas de divisão de trabalho, de rituais coletivos, de ritos de instituição e de reiteração das práticas é que os conceitos pré-estabelecidos seriam efetivamente assimilados na corporeidade dos agentes, forjando sua identidade e realidade, sem que isso seja percebido como uma construção social. Ao contrário: assumem-se como dados da natureza (BOURDIEU, 2002, p. 41-42). Nessa perspectiva, a ordem social como um todo seria concebida e construída com base na oposição entre masculino e feminino.

A visão antropocêntrica afirmar-se-ia como neutra, já que é a única forma de conceber a realidade, e seria ratificada pela ordem social, que funciona com uma verdadeira máquina simbólica.

A força da ordem masculina se deve ao fato de que ela dispensa justificativas: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não precisa se mostrar em discursos que a legitime. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que ratifica a dominação masculina sobre a qual ela se funda: é a divisão sexual do trabalho, a distribuição estreita de atividades pertinentes a cada um dos sexos, de seus lugares, momentos e instrumentos; é a estrutura do espaço, com a oposição do lugar de reunião ou mercado, reservado aos homens, e a casa reservada às mulheres [...] (BOURDIEU, 2002, p. 22-23, tradução nossa).⁶

Essa teoria apresenta, portanto, uma importante contribuição para a compreensão do funcionamento da lógica que conformou o Estado Moderno. Estabelece, ademais, correlação automática entre os espaços públicos e os espaços de poder com o masculino – em oposição, necessariamente, ao feminino.

⁴ A construção social masculina tem força porque se dá em dois momentos: no primeiro, inscreve uma relação de dominação na ordem da natureza biológica, tornando-a, assim, legítima; em um segundo momento, por ser tida como legítima, a própria construção social a naturaliza.

⁵ “[...] travail collectif de socialisation diffuse et continue [...]” (versão original).

⁶ La force de l’ordre masculin se voit au fait qu’il se passe de justification: la vision androcentrique s’impose comme neutre et n’a pas besoin de s’énoncer dans des discours visant à la légitimer. L’ordre social fonctionne comme une immense machine symbolique tendant à ratifier la domination masculine sur laquelle il est fondée: c’est la division sexuelle du travail, distribution très stricte des activités imparties à chacun des deux sexes, de leur lieu, leur moment, leurs instruments; c’est la structure de l’espace, avec l’opposition entre le lieu d’assemblée ou le marché, réservés aux hommes, et la maison réservées aux femmes [...] (versão original).

Indo além, verifica-se que essa contraposição de categorias homólogas cristalizadas pelo antropocentrismo refletiria a oposição essencial da alteridade entre sujeito e objeto. Nessa relação, o sujeito estaria associado ao masculino e o objeto ao feminino. Disso decorreria o fato de que o feminino (objeto) seria invariavelmente definido a partir do olhar do masculino (sujeito).

O princípio de inferioridade e a exclusão da mulher, que o sistema mítico ritual ratifica e amplifica, a ponto de o fazer princípio de divisão de tudo no universo, não é outra coisa senão a dissimetria fundamental, aquela do sujeito e objeto, do agente e instrumento, que se instaura entre os homens e mulheres no terreno de trocas simbólicas [...] as mulheres somente podem aparecer enquanto objetos, ou melhor, enquanto, símbolos cujo sentido é construído fora dela e cuja função é de contribuir para aumentar o capital simbólico dos homens (BOURDIEU, 2002, p. 65, tradução nossa).⁷

Simone de Beauvoir, na perspectiva existencialista, também entende que a mulher foi construída como o outro, o ser inessencial, pela mediação de outrem⁸ (BEAUVOIR, 2019b, p. 11). Nessa interação, os homens e o masculino seriam referência e essência, ao passo que as mulheres seriam por eles construídas em uma lógica de subordinação. De acordo com a autora,

[a] história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra elas; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro (BEAUVOIR, 2019a, p. 199).

⁷ “Le principe de principe de l’infériorité et de l’exclusion de la femme, que le système mythico-rituel ratifie et amplifiée, au pointe d’en faire le principe de division de tout l’univers, n’est pas autre chose que la dissymétrie fondamentale, celle du sujet et de l’objet, de l’agent e de l’instrument, qui s’instaure entre l’homme et la femme sur le terrain des échanges symboliques, des rapports de production et de reproduction du capital symbolique, dont le dispositif central est le marché matrimonial, et qui sont au fondement de tout l’ordre social: les femmes ne peuvent y apparaître qu’en tant qu’objets ou, mieux, en tant que symboles dont le sens est constitué en dehors d’elles et dont la fonction est de contribuer à la perpétuation ou à l’augmentation du capital symbolique détenu par les hommes” (versão original).

⁸ A respeito do pressuposto teórico filosófico adotado pela autora, cito: “Tomando como ponto de partida a dialética do escravo de Hegel, Beauvoir cunhará o conceito de outro. Segundo o diagnóstico de Beauvoir, a relação que os homens mantêm com as mulheres é esta: a de submissão e dominação. As mulheres estariam enredadas na má-fé dos homens que as veem e as querem com um objeto. Beauvoir mostra em seu percurso filosófico sobre a categoria gênero que a mulher não é definida em si mesma, mas em relação e através do olhar masculino que comporta significações hierarquizadas. Este olhar funda a categoria do Outro Beauvoiriano. A categoria outro é antiga e comum, segundo a filósofa, nas mais antigas mitologias, e em sociedades primitivas já se encontrava presente uma dualidade: a do Mesmo e a do Outro. Essa divisão não teria sido estabelecida tendo como base a diferença entre os sexos, pois a alteridade seria uma categoria fundamental do pensamento humano (RIBEIRO, 2019, p. 19).

O privilégio que o homem tem, e que se faz sentir desde sua infância, está em que sua vocação de ser humano não contraria seu destino de macho. Da assimilação do falo e da transcendência resulta que seus êxitos sociais ou espirituais lhe dão um prestígio viril. Ele não se divide. Ao passo que à mulher, para que realize sua feminilidade, pede-se que se faça de objeto e presa, isto é, que renuncie a suas reivindicações de direito soberano (BEAUVOIR, 2019b, p. 506).

Não há neutralidade na construção desse objeto/outro/feminino, mas sim subordinação ao sujeito/mesmo/masculino. Por esse olhar, o valor simbólico das características atribuídas às mulheres seria inferior às atribuídas aos homens. A mulher é construída como antítese do homem. Haveria uma hierarquização imanente, sempre inferiorizando o feminino em face do masculino.

Como se daria, então, a construção da mulher objeto e inessencial a partir do olhar masculino e androcêntrico? Beauvoir explica que “os homens tentaram dominar o mal anexando-o à mulher” (BEAUVOIR, 2019a, p. 260), mas também nela projetam seus desejos e aspectos da mulher santificada. Ela tem, assim, duas faces, tornando-se um ser incompreensível para o homem (BEAUVOIR, 2019a).⁹ Para Bourdieu, as mulheres são excluídas das tarefas nobres, lhes são designados lugares de inferioridades, tarefas básicas e mesquinhas (BOURDIEU, 2002, p. 41), além de aprenderem supostas virtudes que tendem a diminuí-las: abnegação, resignação, silêncio (BOURDIEU, 2002, p. 74).

Muitos defeitos que lhes censuram - mediocridade, pequenez, timidez, mesquinha, preguiça, frivolidade, servilismo - exprimem simplesmente o fato de que o horizonte lhes está barrado. A mulher é, assim, sensual chafurdada na imanência; mas antes de mais nada aí se encerra (BEAUVOIR, 2019b, p. 413).

Como as mulheres também compartilham desse esquema de pensamento, não possuem outra forma de conceber o mundo e a si próprias¹⁰ nem de

⁹ [...] a ambivalência parecerá uma propriedade intrínseca do Eterno Feminino. A mãe santa tem com correlativo a madrasta cruel; a moça angélica, a virgem perversa; por isso ora se dirá que a Mãe é igual à Vida, ora que é igual à morte, que toda virgem é puro espírito ou carne votada ao diabo” (BEAUVOIR, 2019a, p. 330-331).

¹⁰ Na concepção beaivoiriana: “A mulher reconhece que o universo em seu conjunto é masculino; [...] O mundo não se apresenta à mulher como um “conjunto de utensílios” intermediário, uma resistência obstinada, indomável; ele é dominado pela fatalidade e cortado de caprichos misteriosos” (BEAUVOIR, 2019b, p. 408).

vislumbrar sua relação com o masculino. Incorporam a mesma lógica antropocêntrica, o que faz com que elas a confirmem:¹¹

As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, das formas sociais de dominação e de exploração que são instituídas entre os gêneros se situam, assim, progressivamente, em duas formas de *habitus* diferentes, sobre a forma de *hexis*. Corpos opostos e complementares e de princípios de visão e divisão que conduzem a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas de acordo com distinções redutíveis à oposição entre masculino e feminino. Pertence aos homens o que é situado no lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, de cumprir com os atos tanto breves, perigosos e espetaculares - abate de animais, guerras - que colocam termo no curso normal da vida.; ao contrário, as mulheres, estando situadas no lado interior, do úmido, do baixo, do curvo e contínuo, se veem atribuídas de todos os trabalhos domésticos, privados e escondidos, quicá invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e animais, assim como todos os seus trabalhos exteriores, como buscar água, as ervas, o leite, a lenha. As mulheres não podem se tornar senão o que elas seriam segundo essa razão mítica, confirmando, assim, segundo seus próprios olhos, que elas são naturalmente vocacionadas ao baixo, ao torto, ao pequeno, ao mesquinho e fútil (BOURDIEU, 2002, p. 48-49, tradução nossa).¹²

¹¹ Trata-se do conceito dominação simbólica: “Os dominados aplicam aos que o dominam os esquemas que são produzidos à dominação, ou, em outros termos, já seus pensamentos e percepções são estruturados conforme às mesmas estruturas da relação de dominação de dominação que lhe são impostas, seus atos de reconhecimento e submissão” (BOURDIEU, 2019, p. 27-28, tradução nossa). “Lorsque les dominés appliquent à ce qui les domine des schèmes qui sont le produit de la domination, ou, en d’autres termes, lorsque leurs pensées et leurs perceptions sont structurées conformément aux structures mêmes de la relation de domination qui leur est imposée, leurs actes de connaissance sont, inévitablement, des actes de reconnaissance, de soumission” (versão original). “Os dominados aplicam as categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, as fazem, assim, parecer naturais” (BOURDIEU, 2002, p. 55, tradução nossa). “Les dominés appliquent des catégories construites du point de vue des dominants aux relations de domination, les faisant ainsi apparaître comme naturelles” (versão original).

¹² “Les divisions constitutives de l’ordre social et, plus précisément, les rapports sociaux de domination et d’exploitation qui sont institués entre les genres s’inscrivent ainsi progressivement dans deux classes d’habitus différentes, sous la forme d’hexis corporelles opposées et complémentaires et de principes de vision et de division qui conduisent à classer toutes les choses du monde et toutes les pratiques selon des distinctions réductibles à l’opposition entre le masculin et le féminin. Il appartient aux hommes, situés du côté de l’extérieur, de l’officiel, du public, du droit, du sec, du haut, du discontinu, d’accomplir tous les actes à la fois brefs, périlleux et spectaculaires qui, comme l’égorgeage du bœuf, le labour ou la moisson, sans parler du meurtre ou de la guerre, marquent des ruptures dans le cours ordinaire de la vie ; au contraire, les femmes, étant situées du côté de l’intérieur, de l’humide, du bas, du courbe et du continu, se voient attribuer tous les travaux domestiques, c’est-à-dire privés et cachés, voire invisibles ou honteux, comme le soin des enfants et des animaux, ainsi que tous les travaux extérieurs qui leur sont impartis par la raison mythique, c’est-à-dire ceux qui ont trait à l’eau, à l’herbe, au vert (comme le sarclage et le jardinage), au lait, au bois, et tout spécialement les plus sales, les plus monotones et les plus humbles. Du fait que tout le monde fini dans lequel elles sont cantonnées, l’espace villageois, la maison, le langage, les outils, enferme les mêmes rappels à l’ordre silencieux, les femmes ne peuvent que devenir ce qu’elles sont selon la raison mythique, confirmant ainsi, et d’abord à leurs propres yeux, qu’elles sont naturellement vouées au bas, au tordu, au petit, au mesquin, au futile [...]” (versão original).

Elas existem pelo olhar dos homens e “são constituídas enquanto objetos simbólicos em que o ser é um ser percebido, o que tem como consequência colocá-las em um lugar de permanente insegurança corporal ou dependência simbólica” (BOURDIEU, 2002, p. 94).

Assim, é possível compreender que os espaços de poder são concebidos e construídos a partir da visão antropocêntrica que estabelece uma simetria entre a lógica que rege o exercício do poder desses espaços com a lógica e as características que conformam a identidade masculina dos homens. São vinculados a aspectos de alta hierarquia simbólica, associados às noções de público, de racionalidade, de honra, de nobreza e de virilidade. Ao mesmo tempo em que isso ocorre, necessariamente há a dissimetria e a oposição com relação ao feminino, bem como à lógica e às características que conformam, a partir do olhar masculino, a identidade feminina. Assim, haveria um estímulo tácito à participação do homem na esfera pública, pois ali exerceria e provaria à honra e a virilidade que lhe se são “inerentes”.¹³

Em sentido contrário, “as mulheres são excluídas dos lugares públicos, assembléia, mercado, onde os jogos ordinariamente considerados como os mais sérios da existência humana, tais como os jogos de honra”¹⁴ (BOURDIEU, 2002, p.73, tradução nossa). As mulheres somente teriam acesso aos jogos de poder por procuração, por intermédio dos homens (BOURDIEU, 2002, p. 111), os quais, em contrapartida, teriam sido ensinados a “amar os jogos de poder”, enquanto o que foi ensinado às mulheres foi a amar os homens que jogam esse jogo, e não a jogá-lo (BOURDIEU, 2002, p. 112).

¹³ Como a socialização se dá constantemente em oposição ao sexo oposto, o homem tem um dever-ser constante, uma honra, ele dirige seus sentimentos, uma maneira de pensar e agir, um ethos dirige o homem. Nobreza, honra e o conjunto de disposições tidas como nobres (coragem física e social, generosidade, magnificência) são resultados de um trabalho de construção social (BOURDIEU, 2002). “Virilidade, capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também com aptidão ao combate e ao exercício da violência. Por oposição à mulher, cuja honra, essencialmente negativa, não pode ser senão defendida ou perdida, sendo sua virtude a virgindade e fidelidade, o homem ‘verdadeiramente homem’ é aquele que sente obrigação de estar à altura da possibilidade que lhe foi oferecida de fazer crer sua honra, buscando a glória e a distinção na esfera pública” (BOURDIEU, 2002, p. 76, tradução nossa). “La virilité, entendue comme capacité reproductrice, sexuelle, et sociale, mais aussi comme aptitude au combat et à l’exercice de la violence (dans la vengeance notamment), est avant tout une charge, Par opposition à la femme, don’t l’honneur, essentiellement négatif, ne peut qu’être désenufi ou perdu, sa vertu étant successivement evirginitpe el fidélité, l’homme “vraiment homme” est celui qui se sent tenu d’être `la hauteur de la possibilité qui lui est offerte d’accroître son honneur en cherchant la gloire et la distinction dans la sphère publique” (versão original).

¹⁴ “Les femmes sont exclues de tous les lieux publics, assemblée, marché, où se jouent ordinairement considérés comme les plus sérieux de l’existence humaine, tels les jeux d’honneur” (versão original).

3 Mulheres nos espaços de poder e em seus bastidores: uma tensão permanente

Não há neutralidade nos espaços públicos e de poder. Os espaços de poder são construídos para os homens e pelos homens. A mulher será invariavelmente um ser estranho àqueles locais e incapaz de possuir as virtudes necessárias para participação do jogo que ali se dá. A presença e a participação das mulheres nos espaços de poder será, necessariamente, permeada por uma tensão permanente entre o que é construído a respeito dela e o que é construído a respeito daquele espaço e do masculino.

Nesse ponto, acredito que seja importante ressaltar que os espaços de poder são compostos pelos locais das cerimônias e das liturgias, em que as deliberações e as votações (legislativo), os julgamentos (judiciário) e os pronunciamentos (executivo) são realizados como emanções públicas desses poderes. São ocasiões que observam procedimentos e normas de funcionamento pré-estabelecidas. Nesses locais ou momentos do exercício do poder, a presença feminina baseada na igualdade formal pode ser, em tese, minimamente garantida e resguardada pela institucionalidade decorrente das regras procedimentais que disciplinam essas atividades.

Existe, contudo, uma dimensão do exercício do poder, quiçá a mais importante, que é a que se dá nos bastidores. É nas articulações de gabinetes e de corredores, nos despachos com ministros, nas audiências com deputados e senadores, nas conversas informais com uísque e charutos que parte do exercício do poder se engendra e se manifesta¹⁵. O *lobby* e a *advocacy*, por exemplo, usam essas circunstâncias específicas para fazer chegar aos atores políticos os interesses que defendem. O exercício do poder exige a existência de uma dimensão relacional que somente pode se dar nesses ambientes externos ao cerimonial, não controlados por seus rituais.

Nesses contextos, as assimetrias entre os gêneros não estão resguardadas pelas regras procedimentais de cerimonial, de acordo com as quais, por exemplo, pode ser dada a palavra na mesma medida para todos¹⁶ em tempos de manifestação ou de voto. Assim, esses ambientes livres de procedimentos

¹⁵ “Nas sociedades formalmente democráticas em que vivemos, é corrente a divisão da política em ‘bastidores’, as salas secretas em que se fazem os acordos e se tomam as grandes decisões, e ‘palco’, o jogo de cena representado para os não-iniciados, isto é, para o povo em geral. O que ocorre no palco serviria apenas para distrair a platéia e manter a estabilidade do sistema, perpetuando o mito da democracia como ‘governo do povo’” (MIGUEL, 2002).

¹⁶ Não se que se pretenda dizer que, nesses momentos, não haja situações de sobreposição do masculino sobre o feminino, o que de certo ocorre.

institucionalizados pela igualdade formal são eminentemente regidos pela lógica antropocêntrica, em que a mulher é o outro, um ser estranho, inferior ou misterioso. Aqui, o relacional se dá de forma imediata; estão diante de si e em relação direta apenas mulheres e homens com toda a hierarquização de seus respectivos atributos. As construções da visão androcêntrica de mundo, patriarcal e sexista sobre a mulher, ocorrem em sua plenitude sem as possíveis barreiras dos rituais institucionalizados.

No âmbito relacional imediato, como o da política de bastidores, existe um processo comunicacional e de interação que pressupõe a criação de *rapport*, de empatia e de conexão entre os agentes. Sendo o estado moderno patriarcal e os espaços de poder construídos pela lógica androcêntrica, todos esses aspectos das relações humanas são mais facilmente construídos entre os homens, entre si, que, não obstante as diferenças de posição política circunstancial, se veem refletidos em algum nível um no outro. Segundo Bourdieu, eles têm em comum a necessidade de ter validada sua honra e virilidade pelo outro, o que conforma uma solidariedade masculina.

[...] virilidade deve ser validada por outros homens na sua verdade de violência atual ou potencial, e certificada pelo pertencimento ao grupo dos verdadeiros homens. Diversos ritos de instituições escolares ou militares comportam, notoriamente, verdadeiras provas de virilidade orientadas para o fortalecimento da solidariedade viril. (BOURDIEU, 2002, p. 77).¹⁷

A virilidade, que acaba sendo um ponto de conexão nas relações exercidas na política de bastidores, porém, é atributo, segundo a lógica androcêntrica, *a priori* inexistente na mulher. Dessa forma, ela não pode se valer automaticamente da virilidade como ponto de conexão relacional com os homens, no sentido de participar dessa mútua validação e criação de solidariedade masculina. De fato, a interação dos homens entre si seria essencialmente diferente da interação entre eles e as mulheres.

Com outros homens, ele tem relações que se empenham em valores; ele é uma liberdade enfrentando outras liberdades segundo leis que todos universalmente conhecem; mas junto da mulher – ela foi inventada para esse fim – ele deixa de assumir sua existência, [...] situa-se num plano inautêntico; mostra-se tirânico, sádico, violento ou pueril [...] (BEAUVOIR, 2019b, p. 525).

¹⁷ “[...] la virilité doit être validée par les autres hommes, dans la vérité de violence actuelle ou potentielle, et certifiée par la reconnaissance de l’appartenance au groupe de ‘vrais hommes’. Nombre de rites d’institution, scolaires ou militaires notamment, comportent de véritables épreuves de virilité orientés vers le renforcement de solidarités viriles” (versão original).

Para poder participar desse jogo de poder de bastidores, a mulher deve dissociar a percepção do outro sobre si da ideia de feminino. Na interação com o homem, ele será incapaz de adotar uma postura de igualdade, empatia, confiança e, sobretudo reciprocidade – pressupostos para a interação relacional entre atores políticos nesse cenário informal –, se tiver diante de si uma mulher que representa o feminino.

Mas segundo a regra universal que verificamos, as categorias através das quais os homens encaram o mundo são construídas do ponto de vista deles, como absolutas: eles desconhecem, nisso como em tudo, a reciprocidade. Mistério para o homem, a mulher é encarada como mistério para si. (BEAUVOIR, 2019a, p. 333).

A feminilidade faz com que mulher, ainda que em um nível sutil, seja percebida pelos seus interlocutores nos bastidores políticos com todas as características que citamos no tópico precedente: ou como antítese do homem ou sob uma ambivalência entre bem e mal. Perante o olhar masculino vigente nos ambiente de poder, a mulher não passa de um mistério, bem simbólico, objeto. Seja como for, invariavelmente lhe faltarão os atributos de coragem e honra para a interação no jogo de poder

Assim, esses espaços de poder e as interações masculinas se mostram hostis às mulheres, o que se impõe como barreira e desvantagem para sua participação política plena. O que lhe cabe, portanto, é adotar a estratégia de dissociar sua imagem dos atributos do feminino. Ao fazê-lo, a mulher também se dissocia de características que são tidas como menos valorosas, úteis ou compatíveis com as disputas políticas. Contudo, em realidade existe uma tendência a evitar que a mulher se aposses da virilidade para que assim se aposses do poder.

Ser feminina é essencialmente evitar todas as propriedades e práticas que podem funcionar como sinais de virilidade. Dizer que uma mulher de poder é aquela que é muito feminina é uma maneira sutil de lhe negar esse atributo propriamente masculino que é o poder (BOURDIEU, 2002, p. 136, tradução nossa)¹⁸.

¹⁸ Être “féminine”, c’est essentiellement éviter toutes les propriétés et les pratiques qui peuvent fonctionner comme des signes de virilité, et dire, d’une femme de pouvoir qu’elle est “très féminine”

Assim, a mulher, ao adotar essa postura de virilidade, “escolhe raciocinar, exprimir-se segundo técnicas masculinas, fará questão de abafar uma singularidade que desconfia [...]” e, assim, “terá imposto um repúdio a si mesma” (BEAUVOIR, 2019b, p. 533).

Isso faz com que o exercício do poder para a mulher lhe seja pessoalmente muito mais oneroso do que é para o homem. Para esse participar dos espaços de poder, basta ser; para as mulheres, é preciso estabelecer uma prévia estratégia de si própria. Ela precisa manipular a visão que o outro, homem, construiu de si, a fim de que essa visão permita criar uma sensação, para o homem, de que ela, como interlocutora, possui os atributos (masculinos) para que se dê, daí então, as interações que conformam o exercício dos jogos de poder.

A adoção das estratégias, porém, nem sempre garantirá que se alcance o que se almeja, a possibilidade de participar efetivamente das interações relacionais informais do jogo de poder. É o paradoxo identificado por Bourdieu como *double blind*:

[...] se elas agem como homens elas se expõem a perder os atributos obrigados à feminilidade e eles colocam em questão o direito natural dos homens às posições de poder, se elas agem com mulheres elas parecem incapazes e inadaptadas à situação (BOURDIEU, 2002, p. 96, tradução nossa).¹⁹

Assim, a presença das mulheres nos espaços de poder somente será plena se elas puderem participar do exercício do poder que se dá no âmbito da política de bastidores também de forma plena. O fato de esse exercício do poder ser eminentemente relacional faz com que as assimetrias e hierarquizações impostas pelo patriarcado e pela visão androcêntrica de mundo se dêem sem os possíveis escudos e barreiras dos ritos cerimoniais dos palcos do poder político. A mulher se encontra em evidente desvantagem simbólica na arena dos bastidores, devendo se valer de estratégias sobre si própria para estabelecer as dinâmicas relacionais que se exigem nesse cenário.

Isso faz com que a lógica androcêntrica que associa virilidade e poder seja perpetuada e continue sendo tida como única forma de exercício de poder

n'est qu'une manière particulièrement subtile de lui dénier le droit à cet attribut proprement masculins qu'est le pouvoir (Original).

¹⁹ [...] si elles agissent comme des hommes, elles s'exposent à perdre les attributs obligés de la « féminité » et elles mettent en question le droit naturel des hommes aux positions de pouvoir ; si elles agissent comme des femmes, elles paraissent incapables et inadaptées à la situation (Original).

possível. Por outro lado, se as mulheres puderem simplesmente ser, sem estratégias sobre si, talvez efetivamente a lógica androcêntrica opressora e patriarcal possa ser mudada. Nessa perspectiva, a presença em plenitude, e não meramente formal, das mulheres nos espaços de poder, por superar essas lógicas, pode ser revolucionária.

Sempre senti que as mulheres talvez tenham, em alguns momentos, quase adotado os mesmos valores que os homens, o mesmo temperamento dos homens, porque vivem em um mundo que pertence aos homens e estão tentando encaixar-se em um sistema que foi criado por homens. Na verdade, quando houver uma massa crítica de mulheres ocupando esses papéis nos governos, aí poderíamos saber se as mulheres são capazes de administrar o poder de uma forma menos destrutiva do que a forma como os homens têm usado o poder (Wangari Maathai).²⁰

Referências

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019a.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019b.

BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. [Paris]: Seuil, 2002.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; BRITO, Maria José Menezes; BRITO, Mozar José de Brito. Uma análise da dinâmica do poder e das relações de gênero no espaço organizacional. In: *RAE-eletrônica*, São Paulo, v. 3, n. 2, Art. 22, jul./dez, 2004. Disponível em: https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S1676-56482004000200011.pdf. Acesso em: 14 abr. 2020.

²⁰ Tradução livre de trecho de entrevista de Maathai a Marianne Schnall. Está disponível online e está reproduzida em diversas publicações impressas. A redação original é a seguinte: “I have always felt that perhaps women have sometimes almost embraced the same values as men, and the same character as men, because they are in the men’s world, and they are trying to fit into a system that men have created. And maybe in truth when there is a critical mass of women who play that role in governments, then we will see whether women can really manage power in a way that is less destructive than the way that men have used power” (SCHNALL, 2019, p. 10).

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. *Cadernos Pagu: dossiê o gênero da política: feminismos, Estado e eleições*, Campinas, n. 43, jul./dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200057&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 14 abr. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova: revista de cultura e política*, São Paulo, n. 55-56, p. 155-184, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452002000100007#nt21. Acesso em: 14 abr. 2020.

RIBEIRO, Djamilia. 70 anos de uma obra insuperável. In: BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. Edição comemorativa, 1949-2019.

SCHNALL, Marianne. *Leading the way: inspiring words for women on how to live and lead with courage, confidence, and authenticity*. Nova York: Tiller Press, 2019.